CISION

Diário de Notícias

ID: 34680652

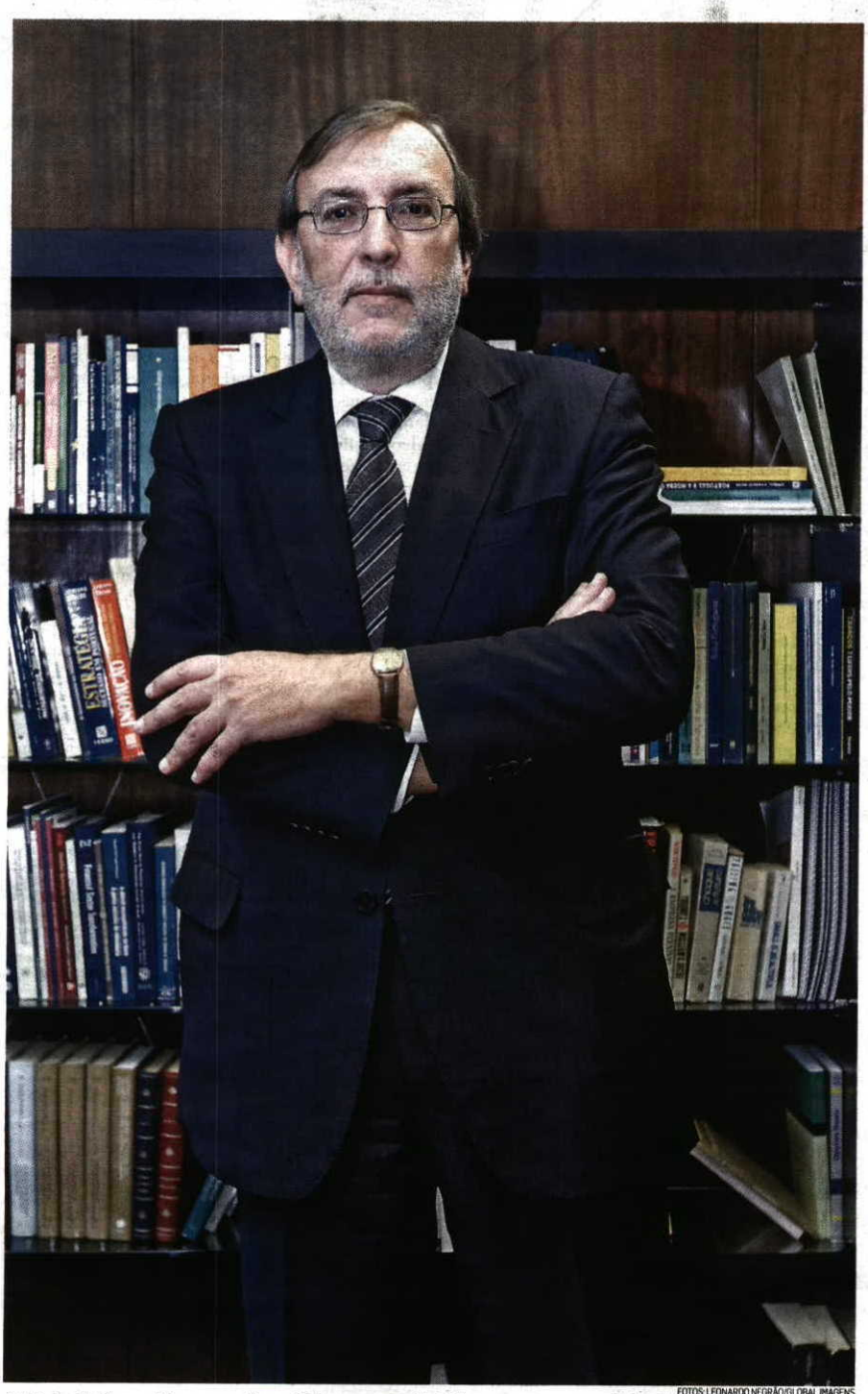
25-03-2011 | DN Bolsa

Tiragem: 43943
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: Informação Geral

Pág: 2
Cores: Cor
Área: 26,82 x 33,44 cm²
Corte: 1 de 3

***O presidente** da Associação Portuguesa de Bancos (APB) está confiante nos resultados dos **'stress tests'** da banca portuguesa. A mesma confiança, no entanto, já não existe quanto a uma solução rápida do problema de liquidez do sector. António de Sousa, em entrevista ao DN, afirma que a debilitada **credibilidade** do País afasta cada vez mais o ponto de viragem*

"Abertura do mercado à banca portuguesa está mais adiada"



FOTOS: LEONARDO NEGRÃO/GLOBAL IMAGENS

António de Sousa diz que a crise política pouco influi directamente na actividade dos bancos

PAULA CORDEIRO

Como vão os bancos portugueses passar nos próximos *stress tests*?
É difícil saber até porque ainda não foi divulgada a probabilidade de *default*, a probabilidade do crédito se tornar malparado. Não me parece que possa haver grandes problemas. O crédito malparado continua a ser relativamente baixo. E os bancos estão a trabalhar para resolver o problema de liquidez.

A falta de liquidez é a maior fragilidade que a banca enfrenta?
Sim. Os bancos têm planos para a melhorar, mas isso não acontece de um dia para o outro. Seria desastroso para a economia uma desalavancagem brusca. Esta já está em curso e significa que o rácio entre o crédito e os depósitos (a relação mais fácil de compreender) tem de diminuir. O rácio está nos 150%, em média, e terá de passar para 110%, 120%. Teremos três a quatro anos para o fazer, com redução de 5% por ano. Estão a ser seguidas várias estratégias pelos bancos. Assistimos à venda de carteiras de crédito e à captação de depósitos. Se os portugueses aumentarem a sua poupança, a redução do crédito não precisa de ser tão grande. E há bons indicadores do lado dos depósitos.

Serão esses os planos que os bancos vão entregar até Abril?
Exactamente. Os bancos irão apresentar a combinação destas medidas. E também a venda de activos, que não tem que ver com a liquidez, mas mais com o rácio de solvabilidade.

Os 8% de rácio de *core tier I* para os bancos, que está no PEC IV, não são difíceis de atingir?
Penso que não, mas não sei porque é que aquilo entrou no PEC.

Compete ao Banco de Portugal...
Sim, é matéria de regulação.

Então porque apareceu ali?
Não sei. Já tivemos reuniões com o Banco de Portugal e iremos ter, assim como cada banco individualmente. Todos estão centrados nessa preocupação.

De que forma a crise política atinge a gestão dos bancos?
Vai influir muito pouco directamente. O fecho dos mercados internacionais já ocorreu há um ano. Com ou sem crise, já está fechado. Quase brincando, pior não fica, porque o valor que tem vindo a ser levantado é praticamente zero. Numa situação de crise política, a desejada abertura dos mercados fica cada vez mais adiada. Se abrissem, os problemas associados à crise soberana iam-se desvanecendo, os mercados internacionais iam acreditando em nós e, como aconteceu com Espanha, três a quatro meses após o auge da crise da dívida soberana os mercados abririam.

E já estamos no auge da crise?
É mais difícil prever. Diz-se existirem dúvidas fundadas de Bruxelas sobre as contas portuguesas de 2010. Não contava com isso. Se é verdade, afecta ainda mais a credibilidade do País. E já não tem que ver com a crise política, mas com o que aconteceu em 2010. Assim, a crise não vai resolver-se tão depressa. Estava esperançado que, executando o programado, os números do primeiro trimestre de 2011, divulgados em Abril, permitissem alguma melhoria para o final do Verão. Agora, não me passava pela cabeça que as medidas para 2011 fossem insuficientes. A perspectiva de podermos ter um ponto de viragem a curto prazo torna-se extremamente difícil.

Não prevê, portanto, quando haverá abertura dos mercados financeiros para a banca?
É impossível, até porque não há conhecimento sobre se estas informações (défice perto dos 8% em 2010) são verdade. Em Portugal, poucas vezes houve dúvidas sobre as nossas contas. Nos anos 90, quando eu estava no Banco de Portugal e se discutiu a adesão à moeda única, chegámos a ser gozados por sermos o bom aluno. Os nossos diferenciais eram até menores do que os da Alemanha. A actual situação não ajuda nada à credibilidade do País.

À banca só resta recorrer ao BCE. Até quando?
O que está a ser utilizado pelos bancos resulta das medidas criadas para a crise financeira, que progressivamente estão a desaparecer. Este ano, não se põe o problema mas em 2012 ou 2013 estas medidas acabarão. Os bancos portugueses estão a viver em grande parte do financiamento do BCE, mas o número baixou nos últimos meses, à volta dos 40 mil milhões de euros, depois do pico dos 50 mil milhões em Agosto. Nos próximos meses, não me parece que a tendência seja para descer. Isto porque ao mesmo tempo que os bancos estão a fazer a desalavancagem, aumentando os depósitos, vão-se vencendo empréstimos obrigacionistas, substituídos por outra dívida, financiada pelo BCE e depósitos.

> *"Em Portugal, poucas vezes houve dúvidas sobre as nossas contas"*

Em relação à dívida pública soberana, a escalada vai continuar?
Essas previsões são agora ainda mais arriscadas. Se para os bancos as crises políticas afastam cada vez mais o momento da estabilidade, para a dívida pública têm particular impacto. Juros acima dos 8% são perfeitamente incomportáveis. Não podemos continuar nesta situação por muito tempo. Em Abril, há que emitir nova dívida com uma dimensão considerável. Algo terá de acontecer.

E isso será num quadro europeu?
O que me parece mais inevitável é a coordenação entre o fundo europeu e o FMI. A Europa não precisava do FMI, é um sinal de menoridade precisar de um compa-

CISION

Diário de Notícias

ID: 34680652

25-03-2011 | DN Bolsa

Tiragem: 43943
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: Informação Geral

Pág: 3
Cores: Cor
Área: 27,07 x 33,72 cm²
Corte: 2 de 3

nheiro ao lado para fazer as análises. Estas estão feitas. Nestas áreas, a Europa tem sempre medo de não ser capaz de tomar decisões muito firmes e concretas. Só quero salientar uma coisa: quando se diz que foi criado o euro, sem mecanismos para que situações deste género não acontecessem, não é verdade. Existia o Pacto de Estabilidade e Crescimento, o outro PEC. Era muito preciso, criava mecanismos muito claros. Depois, por pressões políticas de diversos países, foi suspenso, deixou de ter qualquer eficácia. E o resultado está à vista. A sua suspensão foi desastrosa.

É possível a saída de países da Zona Euro?

Não, isso já foi moda. Falava-se do possível enfraquecimento do euro. Ora, a moeda tem estado nos valores médios mais altos de sempre, em torno dos 1,40 dólares. Continua a haver uma enorme credibilidade do euro. Em relação aos países que estão na moeda única, a sua saída seria catastrófica, seria a bancarrota generalizada.

Como é que se conseguiria sair, com os empréstimos em euros?

Toda a gente que tem crédito à habitação iria à falência. Formalmente, podia haver a substituição de uma moeda por outra. Aconteceria uma de duas coisas: ou a dívida e os juros continuavam em euros e pagava-se com a nova moeda, que desvalorizaria 20% ou 30%, ou acontecia algo pior, que era a dívida ser redenominada na moeda local, mas a taxa de juro passar dos actuais 2% ou 3% para 15% ou 20%, como nos tempos do escudo, no início dos anos 90. As pessoas não teriam como pagar.

A ajuda externa é inevitável?

A cada dia é mais. Se não há credibilidade das contas públicas, é inevitável, independentemente de crise política.

E neste momento não há qualquer credibilidade?

Não digo que não haja, mas muito tem de ser explicado. A transparência é fundamental. A vinda de uma delegação do BCE e da UE, que encontrou um buraco nas contas, criou um problema de credibilidade. E repare, fala-se dos mercados como uma entidade organizada. Os mercados não são mais do que uns milhares de pessoas que fazem investimentos para clientes e estes não são os grandes financeiros, convém desmistificar. Os grandes investidores em dívida pública são os fundos de pensões e de investimento de aforradores de todo o mundo e as seguradoras. São milhares de pessoas, jovens, preocupados em defender o interesse dos seus clientes, cidadãos comuns.

> *"Se não há credibilidade, a ajuda externa é inevitável"*

Mas são esses jovens que fazem estas taxas de juro...

Exactamente, têm à frente um *menu* com milhares de possibilidades de investimento, entre empresas e países. Se existe um caso que se torna duvidoso, é abandonado. É o que nos está a acontecer.

PERFIL

ANTÓNIO DE SOUSA

- Presidente da Associação Portuguesa de Bancos
- Tem 56 anos
- Foi governador do Banco de Portugal e presidente da CGD, entre muitos outros cargos

O representante dos banqueiros tem um intenso percurso profissional ligado à banca, tendo sido igualmente secretário de Estado adjunto do Comércio Externo e das Finanças nos governos de Cavaco Silva. Como governador do Banco de Portugal, António de Sousa foi responsável pela negociação da adesão de Portugal à moeda única. Este percurso decorreu em paralelo com uma intensa carreira académica, sendo professor da Universidade Nova de Lisboa. Tem doutoramento em Gestão de Empresas, pela Wharton School.

"Será cada vez difícil às empresas descapitalizadas conseguir crédito"

Os juros já estão a subir. Como prevê a evolução da situação para as famílias e empresas?

A subida de juros de que se fala na UE vai ser moderada, lenta, espaçada no tempo. Não me parece que seja daí que advenha um problema muito acentuado para famílias e empresas. Estamos a falar das taxas directoras do Banco Central Europeu (BCE) e do seu reflexo no mercado, as Euribor, que na prática antecipam o que vai acontecer às taxas do BCE. No ano passado, as Euribor caíram para valores quase anómalos, abaixo do 1% da autoridade europeia.

Mas já sobem há alguns meses...

Sim, mas muito pouco. Nos últimos tempos, têm-se mantido muito estáveis. Mas vai haver alguma subida, o BCE já mostrou abertura para ajustamento, provavelmente no próximo mês. Não me parece que vá haver grandes aumentos, com os valores ainda longe de 2008. Em relação às pessoas que estão a celebrar contratos novos, a situação é completamente diferente, porque os *spreads* aumentaram. Não se tornou mais difícil obter crédito, ficou foi mais caro. Mesmo assim, no crédito novo, os bancos estão a perder dinheiro.

Mesmo com os *spreads* actuais?

Sim, devido ao aumento dos juros dos depósitos, que subiram tanto ou mais do que a taxa de crédito à habitação. Mas este continua a ser um crédito estável, de longo prazo, e por isso os bancos não saem do mercado.

E a situação para as empresas?

Para as empresas é diferente, porque aí, sim, os *spreads* aumentaram bastante mais. Será cada vez mais difícil às empresas descapitalizadas conseguir crédito. Para ser empresário é preciso ter dinheiro, esta é uma verdade cada vez mais presente. E os bancos atenderão primeiramente ao perfil das empresas. Por exemplo, as exportadoras terão mais facilidade em obter crédito. Mas os *spreads* das empresas vão acompanhar os dos bancos. Com o Estado a financiar-se a 8%, se os bancos conseguissem ir aos mercados, financiavam-se a taxas de 8,5 ou 9%, o que significaria *spreads* de 7% para as empresas.

É intenção do Governo responsabilizar os bancos que não concedam crédito responsável com possíveis sanções. O que pensa?

Significa conceder menos crédito. A medida nunca pode ser feita assim, cada banco vai escolher os seus critérios. Achei estranho foi isso estar inscrito no PEC. Penso que tal matéria seria posteriormente remetida para o Banco de Portugal.

"Bancos estrangeiros vão crescer em Portugal"

Como estão as negociações salariais com os sindicatos na APB?

Estamos no processo negocial. Falar em aumentos salariais este ano é muito difícil. A proposta do grupo negocial da APB é de zero e dos sindicatos é de dois e qualquer coisa (%). O retalho dos bancos nacionais, com sede em Portugal, deu prejuízo em 2010.

Existem negociações na APB com vista à integração dos fundos de pensões da banca no regime geral?

Neste momento não há nenhuma negociação. Não quer dizer que o assunto não possa vir a ser discutido. Isso ficou dito no ano passado, aquando das negociações para a integração dos bancários activos no regime geral da Segurança Social. Mas a situação não é muito propícia a discussões.

> *"Falar em aumentos salariais este ano é muito difícil"*

Julga possível algum processo de fusão e aquisição na banca?

É sempre possível, mas não me parece. O mais provável é que a banca internacional venha a ter maior quota de mercado em Portugal.

Por via de fusões e aquisições?

Pode ser processo orgânico ou por aquisição. Com tanta indefinição, é muito difícil acontecer uma aquisição. O número de bancos é pequeno e não me parece que entre os grandes vá haver modificações. Agora, corremos o risco, que não é negativo, de haver bancos internacionais que se interessem pelo nosso mercado e queiram ganhar quota face à falta de liquidez.

Falando na defesa do consumidor financeiro e da legislação que foi criada, como vê esta evolução?

Temos de perceber o que é que queremos. Ou um sistema financeiro evoluído, como ainda temos, ou voltar aos anos 60. É fundamental que quem legisla perceba o que está a fazer, o que por vezes não acontece. Aconteceram coisas originalíssimas como, por exemplo, legislação que fez que desaparecesse a taxa fixa no crédito à habitação. Por exemplo, impôs-se a divulgação de todas as comissões, em nome da transparência, mas depois obrigou-se os preçários em papel em cada agência, que são quase listas telefónicas. Espero que, com o Banco de Portugal a ter maior intervenção neste capítulo, isso possa ser corrigido.

A actuação do Banco de Portugal no que respeita à supervisão comportamental tem sido adequada?

Sim, dentro dos parâmetros legais. A legislação é que por vezes não o foi.

Critica este ímpeto legislativo?

Não, apenas algumas alíneas e artigos. Outro exemplo: estar a actualizar os seguros das casas de mês a mês, com valores de alguns cêntimos, dá uma trabalheira enorme e custou milhões em termos informáticos. Se fosse feito uma vez por semestre, seria uma diferença de cêntimos a pagar.

A APB tem sido chamada a intervir nestes processos?

Não, normalmente a legislação é apresentada como facto consumado. Por norma, somos consultados na véspera.

CISION

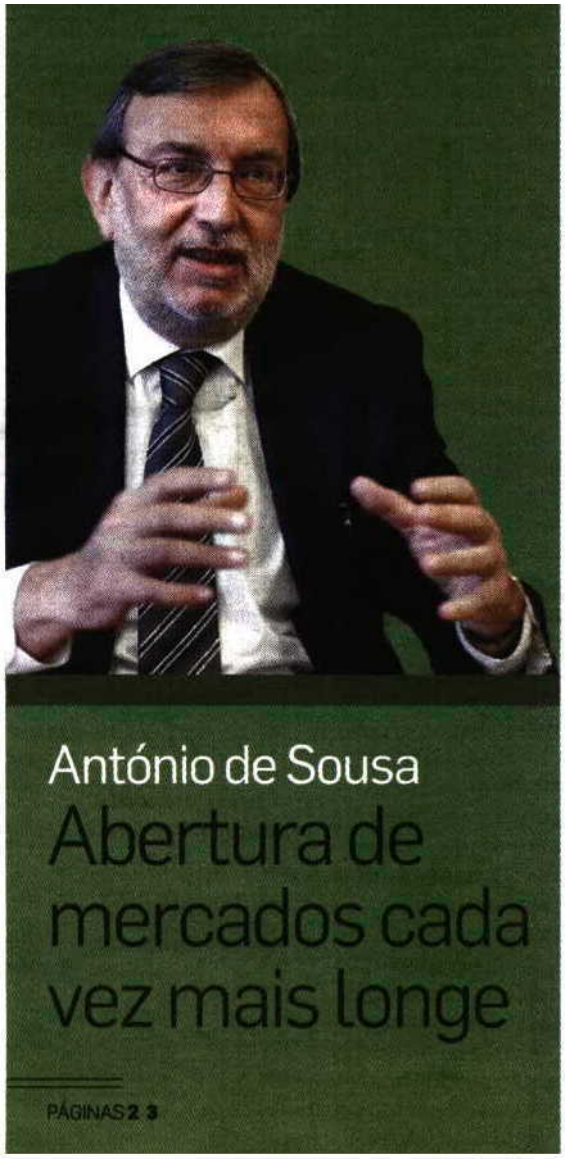
Diário de Notícias

ID: 34680652

25-03-2011 | DN Bolsa

Tiragem: 43943
País: Portugal
Period.: Semanal
Âmbito: Informação Geral

Pág: 1
Cores: Cor
Área: 7,67 x 15,32 cm²
Corte: 3 de 3



António de Sousa

Abertura de mercados cada vez mais longe

PÁGINAS 2 3